



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

**A INCLUSÃO DO SURDO NO COTIDIANO ESCOLAR DO ENSINO REGULAR EM
IPATINGA - MG: SUBSÍDIOS PARA A AÇÃO PEDAGÓGICA**

VANILDA SIMONCELLO PEREIRA

BRASÍLIA/2011

VANILDA SIMONCELLO PEREIRA

**A INCLUSÃO DO SURDO NO COTIDIANO ESCOLAR DO ENSINO REGULAR EM
IPATINGA - MG: SUBSÍDIOS PARA A AÇÃO PEDAGÓGICA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar,
do Depto. de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento
Humano – PED/IP - UAB/UnB - Pólo de Ipatinga-MG.
Orientadora: Professora Mestre Rosania Aparecida Stoco
de Oliveira

BRASÍLIA/2011

TERMO DE APROVAÇÃO**VANILDA SIMONCELLO PEREIRA****A INCLUSÃO DO SURDO NO COTIDIANO ESCOLAR DO ENSINO REGULAR EM
IPATINGA - MG: SUBSÍDIOS PARA A AÇÃO PEDAGÓGICA**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 30/04/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

ROSANIA APARECIDA STOCO DE OLIVEIRA (Orientadora)

SUSANA SILVA CARVALHO (Examinadora)

VANILDA SIMONCELLO PEREIRA (Cursista)

BRASÍLIA/2011

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à todos os surdos e também aos profissionais que se dedicam à Educação Inclusiva, especialmente àqueles que trabalham com alunos surdos.

À Deus, Supremo Criador, por tudo que sou e tenho.

Aos meus pais Izaltino (*in memorian*) e Dervira, minha fortaleza aqui na Terra. Aos meus filhos Fabrício, Edgard, Fábio e Eugênio Jr., bênçãos de Deus.

Aos amigos, companheiros de caminhada, de forma carinhosa.

AGRADECIMENTOS

À presença de Deus em minha vida.

Agradeço a todos que participaram do meu crescimento direta ou indiretamente: família, amigos, professores.

À orientadora Prof^ª. Rosania Aparecida Stoco de Oliveira pela paciência e dedicação de mestre.

E, de forma especial, à minha mãe Dervira pelo apoio e amor incondicional.

"Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda". (Paulo Freire).

RESUMO

Os surdos, ao longo da sua história, sofreram preconceitos e não se pode dizer que atualmente não sofrem, mas, na cidade de Ipatinga este quadro está mudando gradativamente. A princípio o ensino de Libras acontecia para um pequeno grupo de pessoas que atendiam aos surdos. Atualmente, de cinco anos para cá, expandiu-se, mais profissionais da educação e pessoas da sociedade estão participando dos cursos favorecendo a comunicação entre surdos e ouvintes e entre os próprios surdos. O presente trabalho pretendeu abordar a inclusão de alunos surdos na rede de Ensino Regular no Município de Ipatinga-MG, tendo como principal objetivo estudar o trabalho realizado com surdos em classe regular (7º Ano do Ensino Fundamental), em uma escola pública do município de Ipatinga/MG, no contexto da escola inclusiva. A metodologia de pesquisa utilizada foi a qualitativa pela preocupação com o processo de construção do conhecimento. O instrumento utilizado para a coleta de dados foram questionários aplicados a dois professores, dois alunos surdos e dois intérpretes, bem como observações com registro iconográfico. Os resultados mais relevantes foram a detecção de uma maior necessidade de difundir a Libras para um contingente maior de pessoas, melhorando ainda mais a comunicação dos surdos com as pessoas ouvintes. Foi observado um grande interesse dos surdos em aprender, dos professores e intérpretes em continuar estudando Libras para um melhor desempenho profissional e pessoal, um bom relacionamento dos surdos com todos. Este estudo não se esgota aqui, nem tampouco tem a pretensão de solucionar os problemas enfrentados na educação dos surdos, mas, fornecer subsídios para uma reflexão sobre o tema e dados relevantes para futuras pesquisas na área da surdez.

PALAVRAS – CHAVE: Surdos – Inclusão – Libras – Intérpretes - Professor.

SUMÁRIO

RESUMO	7
APRESENTAÇÃO	9
I-FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
1.1 A história da Educação de Surdos no Brasil	15
1.2 Vários Olhares Sobre a Surdez	17
1.3 Os Surdos e a Inclusão na Rede Regular de Ensino	19
II - OBJETIVOS	23
III - METODOLOGIA	24
IV- RESULTADOS E DISCUSSÃO	31
V - CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICES	47
A - Questionário para Professor/Intérprete (Modelo)	
B - Questionário para Aluno Surdo (Modelo)	
ANEXOS	49
A – Carta de Apresentação – Escola (Modelo)	
B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor/Intérprete (Modelo)	
C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Aluno (Modelo)	

APRESENTAÇÃO

A escolha do tema teve como motivação o interesse em conhecer o universo da pessoa surda, como ela se comunica, como aprende, seus limites e possibilidades, bem como a importância da família e da escola em seu processo de inclusão e aprendizagem.

O presente estudo tem como questão central a análise das ocorrências interativas que alunos surdos estabelecem com professores e colegas ouvintes e com os surdos, no interior das classes comuns da rede regular pública de ensino do município de Ipatinga-MG. Isto é, pretende-se examinar como tem se dado a inclusão desses alunos no contexto da classe comum onde a maioria é ouvinte e não utiliza a Língua Brasileira de Sinais (Libras) para se comunicar. Acredita-se que essa situação lingüística traz impactos sobre as possibilidades de interação, comunicação e a construção de conhecimento por parte do surdo. Enfim, o estudo está orientado para a repercussão dessas condições que implicam a não existência de um território lingüístico comum, com conseqüências para a explicitação de idéias e o diálogo autêntico entre os educandos e destes com seus professores e colegas na sala de aula e na escola (refletindo de maneira positiva na sua convivência fora da escola de modo geral).

A experiência como professora, no ensino regular, de um aluno surdo em 2008, também me fez optar pelo tema de pesquisa. Tive dificuldades de comunicação durante o processo de ensino/aprendizagem, mesmo sendo o aluno oralizado. No momento da aula expositiva e na interpretação das atividades avaliativas foi muito difícil ajudá-lo em suas necessidades básicas em relação aos estudos. Por isso, ingressei num curso de Libras em 2009 e, senti a necessidade de pesquisar sobre o tema, para estudar o mesmo e contribuir, de alguma forma, para diminuir as diferenças dentro das escolas de ensino regular no município onde resido contribuindo para a educação realmente inclusiva. Na escola onde trabalho convivo com inúmeros alunos com diferentes necessidades especiais: deficiências físicas, intelectuais, visuais e auditivas, alguns alunos apresentam necessidades múltiplas. Segundo Mantoan (1988, p. 121),

As escolas inclusivas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança na perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apóia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

Quando passamos a problematizar o processo de inclusão de pessoas surdas no ensino regular, uma das questões que emerge é a adequação ou não do trabalho desenvolvido em sala de aula com esse(s) educando(s). Na vivência docente com um aluno surdo percebi a complexidade da sua situação quanto à comunicação com seus colegas ouvintes e também com o professor e senti a minha dificuldade (a de outros colegas e dos demais envolvidos no contexto educacional) em lidar com essa situação. Nesta perspectiva, acredito que o ideal seria que o professor fosse bilíngüe ou tivesse pelo menos um pouco de conhecimento de Libras ou que tivesse um intérprete para auxiliá-lo em sala de aula (como acontece na escola “Laurina Rosa” onde desenvolvi a minha pesquisa). Acredito ainda que um conhecimento maior das estratégias possíveis para o trabalho pedagógico com alunos surdos é essencial. No caso de educando com surdez severa ou profunda isso se torna imprescindível, pois como ressalta Lima (2006, p. 23).

Definir que uma criança com perda auditiva leve e moderada deve ser educada prioritariamente na língua portuguesa oral e que outra com perda severa deve ser educada em língua de sinais é padronizar, e não observar a individualidade e a estimulação recebida pela criança e ignorar que a língua portuguesa não é uma língua natural do ponto de vista da aquisição. No entanto, experiências têm demonstrado que a grande maioria das crianças surdas (com perda severa e profunda) desenvolve-se melhor quando, na escola, a língua instrucional é a língua de sinais, enquanto que aquelas com perda leve e moderada desenvolvem-se melhor quando, na escola, a língua instrucional é a língua portuguesa oral.

Quando o aluno apresenta um nível de surdez leve ou moderada sendo oralizado, ainda que existam dificuldades é possível uma comunicação e, conseqüentemente a aprendizagem fica facilitada. Mesmo assim, faltam materiais pedagógicos, ou seja, recursos adequados para que se efetive a inclusão. Percebe-se que muitos alunos surdos (independente do nível) fizeram e/ou fazem curso de Libras para desenvolverem a comunicação entre eles e com os ouvintes com os quais convivem principalmente na escola. No entanto, muitos deles não dominam a Libras, além de apresentarem outras necessidades educacionais especiais.

No caso de surdez severa ou profunda a dificuldade é grande pelo fato de o próprio surdo ter um vocabulário restrito em relação ao ouvinte, tanto na família quanto na sociedade, ou seja, ele depende (direito e necessidade incontestável) de intérprete para se comunicar. Na escola mais ainda, pois, pode o professor usar uma metodologia que não tenha eficácia para que ocorra o aprendizado dos alunos surdos, uma vez que, a maneira do surdo entender o mundo é própria, motivo pelo qual o professor deve investir no aprendizado de Libras e procurar adquirir uma maior convivência com os surdos (comunidades surdas, escolas para surdos e cursos de educação inclusiva) para que os

ouvintes (professores ou não) não fiquem alheios ao modo de se comunicar e se expressar dos surdos.

A convivência com os surdos nas escolas inclusivas do bairro onde residio e trabalho é gratificante. Observa-se que há uma aceitação por parte dos surdos quando percebem o interesse do ouvinte em se comunicar e aprender a Língua de Sinais. Demonstram paciência ao tentar uma comunicação mais complexa, partindo para perguntas e explicações no sentido de entender o que o ouvinte quer falar. O surdo oralizado é normalmente procurado para mediar conversas entre ouvintes e outros surdos, bem como os surdos que dominam a Libras, se dispõem a auxiliar a todos na comunicação em sala de aula e n escola.

Os professores que trabalham em escolas (com classes de surdos ou classes mistas) relatam a(s) dificuldade(s) de lidar com os mesmos. Essa dificuldade não se restringe a surdez, pois muitos apresentam outros comprometimentos que interferem na aprendizagem devendo também ser trabalhados. Há ainda outros desafios a serem enfrentados pelos docentes. Por exemplo, como professora de português tenho que entender como uma frase é entendida pelo surdo (traduzida para Libras), uma vez que, para muitas palavras da Língua Portuguesa não há tradução para a Língua de sinais, sendo portanto, necessário encontrar um sinônimo para a mesma de modo que seu significado não comprometa a compreensão por parte do surdo no contexto disciplinar (conteúdo estudado). Existe também a supressão de muitos termos e/ou gramática. Enquanto o professor se desdobra para compreender e fazer um bom trabalho com o(s) aluno(s) surdo(s) que estão incluídos no ensino regular, os alunos ouvintes podem estar sendo prejudicados, assim há a necessidade de cursos e apoio ao profissional da educação (em todos os níveis) para que se realize um bom trabalho.

A educação inclusiva envolve um processo de preparação do professor que considera as diferenças e as dificuldades dos alunos na aprendizagem escolar como fontes de conhecimento sobre como ensinar e como aperfeiçoar as condições de trabalho nas salas de aula (BRASIL, 1995, p.17).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, n.9.394/96), alunos com necessidades educacionais especiais devem ter garantido sua inclusão na rede regular de ensino, como dever do Estado.

A Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação – Necessidades Educacionais Especiais determinam que “o princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos

os alunos aprenderem juntos, sempre que possível independente das dificuldades e das diferenças que apresentem” (*apud* SEMEGHINI, 1998, p. 18).

A Resolução CNE/CEB Nº 2/2001, instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação de Pessoas com NEE, na Educação Básica, pelas quais os Sistemas de Ensino devem matricular todos os alunos, independentemente de deficiências e diferenças, assegurando as condições necessárias à inclusão. Esse documento recomenda a formação continuada dos professores para a educação inclusiva.

No entanto, a LDB, no capítulo V, da Educação Especial, também assinala no seu §2º, que o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, quando não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

O Plano Nacional de Educação, Lei n. 10.172/2001, dispõe sobre a inclusão do aluno com NEE no sistema regular de ensino; o atendimento de casos específicos, em classes e escolas especializadas; o apoio das escolas especiais às escolas comuns; a qualificação dos docentes; a oferta de cursos de formação e de especialização em Universidades, ou seja, quando não for possível a integração do aluno surdo em classes comuns de ensino regular, ele deve ser encaminhado para escolas, classes ou serviços especializados, pois, seria também uma lesão aos seus direitos ser inserido em uma situação inadequada para seu aprendizado.

Enfim, essas são questões importantes e que precisam ser mais bem discutidas conjuntamente por toda a comunidade surda e ouvinte, como por exemplo, a elaboração de projetos integrados com a comunidade surda, que incluam ouvintes, professores ou não, voluntários ou profissionais (associação de intérpretes, por exemplo) que difunda mais a Libras e outros cursos na área da inclusão. É necessária ainda uma maior participação dos surdos nas decisões que envolvam seus interesses, haja vista, que muitas decisões são tomadas sem o conhecimento e/ou participação dos mesmos. É igualmente relevante que haja uma maior participação de ouvintes nas comunidades surdas que é restrita. Portanto, fica claro quão difícil apresenta-se ainda a inclusão (do ouvinte na comunidade surda ou do surdo na comunidade dos ouvintes). Há uma segregação entre ambas que precisa ser problematizada para que haja mais comunicação entre estes dois mundos.

Rever a escola é rever práticas, idéias, imagens, conceitos, é reconhecer quando as representações interferem em processos de mudança na direção de um novo rumo para a vida social, que clama por liberdade, justiça, solidariedade e amor (COSTA & GOMEZ, 1999, p. 175).

O trabalho com o aluno surdo envolve constante aprimoramento do conhecimento para lidar com as diferenças, redimensionar a prática educativa e envolver toda a comunidade escolar, família e sociedade para uma compreensão e efetivação da inclusão escolar. Mesmo os professores que conhecem e trabalham com a Libras têm dificuldade de se comunicar com o surdo por ele ter uma cultura própria, e o professor desconhece ou não conhece bem. Subentende-se que, não basta saber Libras, há muitos fatores relevantes neste contexto educacional:

Portanto, este trabalho pretendeu apresentar subsídios para uma ação pedagógica inclusiva do aluno surdo no cotidiano escolar, pois, a inclusão ainda causa um impacto na escola e com isso surgem muitas dúvidas e medos. Segundo Magalhães (2006, p. 359): “a maioria dos professores tem receio em receber alunos com necessidades especiais, entretanto, é natural e pertinente à medida que não houve uma formação adequada para atender esta demanda de alunos”. No entanto, mesmo com a formação profissional dos professores e intérpretes e/ou uma equipe multidisciplinar atuante, gestores, é essencial atentar para o fato que não há “fórmulas” aprendidas que possam ser aplicadas universalmente. A formação é um processo aberto e sempre em construção.

Portanto, pretendeu-se responder as seguintes questões:

- a) Quais as metodologias mais adequadas para o aprendizado de alunos surdos nas escolas regulares?
- b) Quais os limites e possibilidades do trabalho com alunos surdos em classes regulares de ensino?
- c) Onde posso buscar subsídios para enriquecer e tornar mais interessantes as aulas voltadas para os alunos surdos?
- d) Como são vistos/recebidos os alunos surdos pelos colegas em classe regular e vice-versa?
- e) Quais dificuldades enfrentadas por professores/intérprete de alunos surdos em classes regulares?

Nesse sentido, essa pesquisa pretendeu contribuir para compreender melhor o processo de inclusão dos surdos, seus limites, mas, sobretudo suas possibilidades auxiliando na construção de uma sociedade mais democrática e uma educação para a cidadania.

Este trabalho apresenta-se dividido em partes: Fundamentação Teórica – onde se encontra uma revisão da literatura sobre o tema estudado; Objetivos do trabalho; Metodologia – o caminho percorrido para a realização da pesquisa em campo; Resultados e Discussão – onde são analisados e discutidos os dados coletados durante a pesquisa de campo; Considerações Finais, Referências, Apêndices e Anexos.

I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 A história da Educação de Surdos no Brasil

A história da educação de surdos iniciou-se com a criação do Instituto de Surdos-Mudos, hoje é o atual Instituto Nacional de Educação de surdos (I.N.E.S.). Fundado em 26 de setembro de 1857, pelo professor surdo francês Ernet Hwet (surdo) que veio ao Brasil a convite do Imperador D. Pedro II para trabalhar na educação de surdos. O Instituto passou por várias reformas regimentares e também mudanças de endereço, atualmente está localizado na Rua das laranjeiras, 95 em Botafogo-RJ. (RODRIGUES, 2008).

No início, eram educados por linguagem escrita, articulada e falada e sinais. A disciplina "Leitura sobre os Lábios" estaria voltada apenas para os que apresentassem aptidões e a desenvolver a linguagem oral. Assim se deu o primeiro contato com a Língua de Sinais Francesa trazida por Hwet e a língua dos sinais utilizada pelos alunos, vem daí a semelhança a Língua de Sinais Francesa e a Língua de Sinais Brasileira (Libras). É importante ressaltar que naquele tempo, o trabalho de oralização era feito pelos professores comuns, não havia os especialistas. (RODRIGUES, 2008).

Assim, a comunidade surda veio conquistando seu espaço na sociedade. Hoje podemos observar que os governos têm preocupado com a inclusão. De acordo com a Declaração de Salamanca. (BRASIL/CORDE, 1997, p. 15):

[...] a expressão necessidades educacionais especiais refere-se a todas as crianças e jovens cujas carências se relacionam a deficiências ou dificuldades escolares. [...] Neste conceito, terão que se incluir crianças com deficiências ou superdotados, crianças de rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nômades, crianças de minorias lingüísticas, etnias ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavoráveis ou marginais.

No entanto, a questão já vinha sendo discutida desde 1854, através da Reforma Couto Ferraz e a princípio foi uma iniciativa médica.

O desenvolvimento da pesquisa se dá através da análise do Regulamento de 1854, a Reforma Couto Ferraz, na medida em que se compreende que suas significativas mudanças influenciaram a criação do Instituto. Por outro lado, realiza o estudo sobre poder, disciplina e medicina na educação de surdos, com base nos preceitos médico higienistas, em vigor no séc. XIX, uma vez que a educação dos surdos teve início através da prática médica. (PINTO, 2007, p. 2).

Segundo Pinto (2007, p.7)

Em períodos anteriores, como na Antigüidade, os deficientes, os desviantes passavam por um processo de seleção natural, pois a organização social baseava-se na adaptação pessoal quanto à capacidade física. As crianças deficientes, quando não morriam precocemente, eram abandonadas explicitamente ou exterminadas. Já no período medieval, começa a haver um atendimento caritativo, segregando os deficientes em instituições, somado à prática punitiva. Eles deixam de ser sacrificados, porém merecem castigo divino.

Alguns estudiosos se dedicaram a pesquisas para o ensino de surdos. De acordo com Rinaldi (1997, p. 283),

Alguns professores nos séculos seguintes dedicaram-se à educação dos surdos. Entre eles destacaram-se: Ivan Pablo Bonet (Espanha); Abbé Charles Michel de L'Épée (França); Samuel Heinicke e Moritz Hill (Alemanha); Alexandre Graham Bell (Canadá e EUA) e Ovide Decroly (Bélgica). Todos eles divergiam quanto ao método mais indicado para ser adotado no ensino dos surdos. Uns acreditavam que o ensino deveria priorizar a língua falada (Método Oral puro) e outros utilizavam a Língua de Sinais – já conhecida pelos alunos – e o ensino da fala (método combinado).

Em 1973, é criado no MEC, o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, que, sob a égide integracionista, impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação; ainda configuradas por campanhas assistenciais e ações isoladas do Estado. (DUTRA [et al.], 2008, p. 7).

E, no ano de 2005 foi assinado o Decreto de Lei de Libras nº 5.626/2005, pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva e pelo Ministro Fernando Haddad. A partir daí novos cursos em nível superior voltados para a educação de surdos foram criados, para um atendimento cada vez melhor e mais humanizado, com profissionais capacitados para tal, ou seja, o aluno surdo passou a ter direito a mais um componente curricular: a Língua Brasileira de Sinais, esta permite a melhor interação entre as pessoas surdas, professores e alunos surdos e entre alunos surdos e colegas ouvintes. Sabe-se, no entanto, que não significa garantia de inclusão, mas, é um avanço em direção a inclusão, com benefícios para os surdos, incentivo ao ensino e estudo da Libras por surdos (quanto mais cedo a iniciação maior a possibilidade de desenvolvimento cognitivo, aprendizagem) e ouvintes, profissionais envolvidos na educação de surdos e/ou ouvinte que tenha interesse em aprender Libras para facilitar sua comunicação com o surdo, sendo o surdo da família ou não.

O Decreto 5.626/2005 visa garantir a democratização do ensino público para os surdos:

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. (Dec. 5.626). (BRASIL, 2005).

E, ainda insere a Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de docentes e profissionais que lidam diretamente com os surdos, sendo opcional para os demais cursos de nível superior.

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto. (BRASIL, 2005).

O Decreto 5.626/2005 procura garantir o acesso dos surdos à Educação desde os anos iniciais até o nível superior em seu artigo 14, cap. IV, que diz assim:

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior. (BRASIL, 2005).

Porém, o processo é lento e caminha para a efetivação dos artigos constantes nesse Decreto, de maneira a garantir de fato uma educação de qualidade para os surdos, onde os mesmos possam ser entendidos em sua língua (Libras), com professores capacitados para tal ou mesmo com a presença de intérpretes, oportunizando aos mesmos um aprendizado no mesmo patamar que os alunos ouvintes.

1.2 Vários Olhares Sobre a Surdez

Cada segmento encontra uma explicação científica ou não para os variados problemas pertinentes ao ser humano. Podemos conceituar e encontrar várias explicações, de diferentes pontos de vista para o problema da surdez.

A surdez se caracteriza como um problema sensorial não visível, que acarreta dificuldades na recepção, percepção e reconhecimento de sons, ocorrendo em diferentes graus, do mais leve (que interfere na aquisição da fala, mas não impede o indivíduo de se comunicar por meio da linguagem oral), ao mais profundo (que impede o indivíduo de adquirir a linguagem oral). (ZANOLLI, 2007).

De acordo com Sousa (1996, p. 09) “a surdez é perda ou diminuição considerável do sentido da audição.”

Para Cardoso (2007, p. 627) “fatores genéticos são considerados como a causa de mais de 60% dos casos de surdez congênita ou precoce equivalentes às formas não sindrômicas, e na maioria das vezes estão associados a uma única mutação gênica. Cerca de 75% dos indivíduos com surdez geneticamente determinada não apresentam nenhuma outra característica clínica, e os restantes 25% têm síndromes reconhecidas. Estima-se que cerca de 75% dos casos são de herança autossômica recessiva, 15% dos casos de herança autossômica dominante, 2 a 3% dos casos de herança ligada ao cromossomo X e, ainda, nessa mesma última proporção encontram-se os casos de herança mitocondrial.”

Ao analisarmos o *modus vivendi* atual, dá para se compreender o fato de mais indivíduos jovens serem acometidos de surdez, seja de qual intensidade for. Cada vez mais aumenta-se o número de ambientes com ruídos além dos suportados. A causa mais freqüente entre os jovens é o uso de aparelhos com fones de ouvido.

Existe ainda, a surdez súbita, de causa ainda desconhecida.

A surdez súbita se caracteriza como uma surdez sensorineural de aparecimento abrupto e sem causa conhecida. Seu acometimento é quase sempre unilateral, sendo acompanhada de zumbidos em aproximadamente 80 por cento dos casos e de tonturas em 30 por cento. (MAIA, 2004, p.238).

Enfim, a partir desses pressupostos depreende-se que a perda auditiva pode ser causada tanto por fatores ambientais como fatores genéticos. O estudo da surdez de origem genética vem sendo aprimorado com o uso de novas tecnologias, possibilitando diagnósticos cada vez mais amplos e precisos.

A literatura refere que a hereditariedade, é responsável por grande parte das perdas auditivas bilaterais severas e/ou profundas. As desordens genéticas que provocam perda auditiva podem apresentar-se associadas a anomalias de outros órgãos (perda auditiva sindrômica) ou de forma isolada, sendo esta, a maioria encontrada na literatura. Podem ser congênita, quando sintomática

desde o nascimento, ou tardia, quando manifestada em qualquer idade após o nascimento. (AMORIM, 2008, p. 01).

A surdez, portanto, tem várias causas e é classificada segundo os mais variados aspectos, cabendo aos órgãos competentes conscientizar a todos, quanto ao uso de fones de ouvido e ao trabalho em ambientes ruidosos, para que haja uma diminuição desses índices.

Segundo o Padrão ANSI (INES, 2003, p. 35):

A surdez pode ser considerada quanto ao nível de perda auditiva (grau de comprometimento da audição):

Perda leve: escuta qualquer som, desde que ele esteja um pouco mais alto.

Perda auditiva de 25 a 40 dB;

Perda moderada: numa conversação, pergunta muito: “hem”?, e ao telefone não escuta com clareza, trocando muitas vezes a palavra ouvida por outra foneticamente semelhante. Perda auditiva de 41 a 70 dB;

Perda severa: escuta sons fortes, como latido do cachorro, caminhão, serra elétrica, e não é capaz de escutar a voz humana sem a prótese auditiva. Perda auditiva de 71 a 90 dB;

Perda profunda: escuta apenas os sons graves que transmitem vibração (helicóptero, avião, trovão). Perda auditiva acima de 90 dB.

1.3 Os Surdos e a Inclusão na Rede Regular de Ensino

Muitos são os meios que divulgam a importância da inclusão das pessoas com necessidades especiais. Se formos fazer uma reflexão mais apurada sobre o assunto, veremos que muitas vezes, esses discursos são desprovidos de propósitos realmente de caráter social, na maioria das vezes são mecanismos para conseguir recursos para a educação inclusiva que atendem uma minoria, enquanto a maior parte dos alunos com necessidades educacionais especiais (ANEE) não sabem de sua existência e ou não tem acesso aos atendimentos que seriam a eles destinados.

Para que a inclusão ganhe força e efetividade, será necessário dar suporte para os profissionais serem mais bem preparados, oferecendo cursos de Libras em consonância com a demanda em condições que os profissionais possam participar com maior nível de aproveitamento, pois, pouco se investe em capacitação no sentido de inclusão de deficientes de qualquer natureza, faltam escolas equipadas e com espaço físico adaptado. Geralmente, o que é oferecido aos profissionais para o trabalho com os surdos são algumas palestras, seminários ou cursos básicos de poucas horas de duração, em poucas localidades. E, para uma minoria de profissionais que não chegam sequer dar conta de conhecer a Libras em seu contexto nem adquirir base para melhorar efetivamente sua prática docente.

O assunto referente à inclusão só começou a ser discutido de forma mais criteriosa em 1994, na Conferência de Salamanca na Espanha. A partir daí a educação inclusiva passou a ter uma maior atenção, ocorrendo várias mudanças nas leis, nos discursos, há que se ter uma maior mobilização por parte dos profissionais da educação envolvidos principalmente na “Educação Inclusiva”, para que a mesma avance no sentido de promover a educação de qualidade de que todo cidadão necessita e tem direito. A começar pelo preparo do profissional da educação para lidar com alunos com NEE, de maneira geral. Ainda que o mesmo se dedique a aprender a língua de sinais para se comunicar com os alunos surdos, isso ficará restrito somente a ele, pois a comunicação não se estenderá aos demais. A Libras é para o surdo a 1ª língua (L1), portanto, para o professor saber Libras ele necessita de muito estudo por se tratar de uma 2ª língua, (L2), uma vez que para o ouvinte a 1ª língua é a portuguesa (L1), ainda assim o ideal seria conviver com o surdo para uma maior compreensão da Libras por ser uma língua muito complexa.

Para Dorziat (1999, p. 02)

Com relação aos alunos surdos, em geral, a recomendação de inclusão tem levado em conta sua forma de comunicação: a língua de sinais. Entretanto, essa fica restrita ao intérprete e ao surdo, desconsidera a interação com o professor e com os demais colegas, a importância das relações humanas, dos processos de formação de identidade e do estabelecimento de conexão entre os conteúdos escolares e as formas particulares (visuais) de apreensão e de construção de conhecimentos.

A inclusão deve ser integral. É necessário viabilizar meios através dos quais, a interação e comunicação dos alunos surdos com os colegas se dêem de forma global, onde o mesmo compreende e é compreendido por todos. Aí sim ele se sentirá parte deste meio. Porque ele será um sujeito ativo, construirá sua própria história, seu conhecimento e sua personalidade, através de sua interação com o ambiente e com seus pares, sejam surdos ou ouvintes. Mas para que isso aconteça, a escola deve buscar soluções para os problemas mais comuns, buscando subsídios para o atendimento individualizado, capacitar os professores e difundir a linguagem de sinais.

Para Guarinello (2006, p.04) as

principais dificuldades citadas pelos sujeitos que participaram da pesquisa e vinculadas ao processo de ensino-aprendizagem ora relacionam-se aos professores (em sua falta de conhecimento de estratégias para a surdez, dificuldade de interação, conhecimento da Libras) ora aos surdos (surdez, dificuldade de compreensão).

Sabe-se que os processos de mudança na estrutura de uma Instituição Educacional, seja física ou pedagógica, depende de vontade política, vontade da direção e coordenação, dos professores, enfim, de toda a comunidade escolar. É necessário um engajamento por parte de todos, para tornar os ideais da inclusão uma realidade, ou pelo menos chegar bem próximo disso, no que tange à melhoria da qualidade do ensino para os alunos surdos, superando os resultados que até o momento têm sido de fracasso. Com relação a esse fracasso Lacerda (2007, p. 257) afirma que:

A educação de surdos tem sido historicamente marcada por fracassos e, mais recentemente, a educação inclusiva tem se apresentado como adequada para a inserção de alunos surdos na escola. Para atender suas necessidades se criam alternativas como a presença da língua de sinais e de intérpretes.

Dessa maneira, vê-se o alcance de alguns avanços no que diz respeito a inclusão dos surdos no ensino regular. Com algum esforço das pessoas envolvidas, consegue-se melhorar a qualidade gradativamente. Soluções simples, como as citadas por Lacerda, já demonstram uma aceitabilidade positiva por parte da comunidade escolar, mas tem uma longa caminhada até ser considerado o cumprimento da Lei da inclusão em todo o território nacional como é de direito de forma significativa “os alunos referem à experiência vivenciada como positiva, prazer em terem um colega diferente e conhecer a língua de sinais”. (LACERDA, 2007).

Cabe-se ressaltar que não basta apenas inserir o aluno surdo no Ensino Regular, deve-se primordialmente atendê-lo em suas necessidades, levando-o a um aprendizado eficaz, atingindo os objetivos propostos. Não basta apenas aprender a linguagem de sinais – isso é apenas o começo – mas, criar estratégias interessantes, utilizando todos os recursos existentes para o desenvolvimento de aulas prazerosas, estimuladoras e motivadoras, dando ênfase a parte visual e gestual, materiais concretos, encenações teatrais. Para tal o educador deve pesquisar, trocar idéias com os familiares, profissionais da saúde, coordenadores e com os próprios alunos da sala de aula regular, que convivem com este aluno. Podendo assim, fazer a diferença na vida escolar, afetiva e social do mesmo, ajudando-o a crescer como ser especial no mundo, sendo autor de sua própria história, escrevendo-a nas linhas e entrelinhas da vida, amenizando assim os problemas decorrentes da surdez. Alcançando patamares mais altos, se tornando um exemplo de superação e provando que um surdo pode viver como os demais, adaptando-se cotidianamente às adversidades que porventura insistirem em permanecer no caminho. Ainda assim não está assegurada a aprendizagem, há que se levar em conta a história de vida do aluno surdo: o seu ingresso na escola, a sua estrutura familiar, seu conhecimento da Libras se aconteceu desde cedo, se ele nasceu surdo ou adquiriu surdez depois, qual a causa da surdez, o grau de comprometimento da audição, se além da surdez

apresenta outras necessidades educacionais especiais, entre outros fatores relevantes que permitam uma evolução no atendimento ao surdo.

II - OBJETIVOS:

- Geral:

- Estudar o trabalho realizado com surdos em classe regular (7º Ano do Ensino Fundamental), em uma escola pública do município de Ipatinga/MG, no contexto da escola inclusiva.

- Específicos:

- Analisar o processo de inclusão escolar de alunos surdos em classe regular de ensino.

- Analisar como acontece o processo de ensino e aprendizagem dos alunos surdos inclusos em sala de ensino regular.

- Identificar e analisar a interação entre os segmentos que compõem a comunidade escolar visando uma educação de qualidade para os surdos e a adequação dos recursos disponíveis.

- Identificar a percepção que os alunos surdos possuem sobre seus colegas ouvintes na sala de aula e na escola e vice versa ;

- Identificar as metodologias, os materiais e os espaços utilizados pelos professores para e com os alunos surdos.

III – METODOLOGIA

3.1 Fundamentação Teórica da Metodologia

De acordo com Dias (1998, p. 01) as pesquisas são subdivididas, na literatura científica, em dois tipos: quantitativas e qualitativas.

A pesquisa qualitativa - que será a metodologia utilizada na presente, pois permite uma maior flexibilidade de análise. É segundo Lalanda, (1998, p. 871) o confronto de impressões do trabalho de campo com a experiência de alguns teóricos da etnossociologia que privilegiam a biografia e a narrativa de vida na recolha da informação.

Segundo Dias (1998, p. 01), “a pesquisa qualitativa caracteriza-se, principalmente, pela ausência de medidas numéricas e análises estatísticas, examinando aspectos mais profundos e subjetivos do tema em estudo”. Razão pela qual os dados serão coletados e registrados a partir de uma observação sistemática de um grupo de surdos na cidade de Ipatinga.

Portanto, para a realização deste trabalho foi utilizada a perspectiva qualitativa de pesquisa, pois se trata de um estudo real onde o pesquisador está comprometido com o processo da investigação e não somente com seu produto. “O interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas.” (LUDKE & ANDRÉ, 1986, p. 12).

3.2 Contexto da Pesquisa

A Escola Municipal “**Laurina Rosa**” atende alunos no Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano), foi criada pela Lei Municipal nº 703/80 de 17 de dezembro de 1980 e inaugurada em 27/04/1981. O motivo da escolha da mesma para a realização deste trabalho foi a proximidade com minha residência e pelo fato de desenvolver um trabalho de atendimento ao aluno com surdez em classe regular, (foco da minha pesquisa), ser uma escola de renome no que se refere a Educação Inclusiva (atende alunos com outras NEE, entre elas o DA), onde todos os profissionais envolvidos acolhem e dão suporte a estudantes, pesquisadores, estagiários de diferentes áreas, (não só da educação) que visem aprender, ampliar conhecimentos, melhorar a qualidade de vida pessoal e de outrem, etc.

Em 1981, no seu primeiro ano de funcionamento, a escola ofereceu vagas de 1ª à 8ª série para mais de 1.100 alunos. A mesma funciona em três turnos, ou seja, matutino, vespertino e noturno.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nos artigos 37 e 38, cita pela primeira vez a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, ressaltando que os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente oportunidades educacionais apropriadas ao jovem e ao adulto. Assim, o Parecer 11/200 e a Resolução 01/2000 do Conselho Nacional de Educação estabelecem as Diretrizes Curriculares da EJA e, conforme a Portaria SME 28/2007, de 23 de maio de 2007, foi autorizado o funcionamento da modalidade de atendimento, Educação de Jovens e Adultos na Escola Municipal “Laurina Rosa”, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2007.

Como ação de inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais, em 15 de maio de 2001, iniciou-se o atendimento especializado aos educandos com deficiência visual – Com-Tato, contando com dezesseis alunos matriculados. Atualmente, são aproximadamente cinquenta e seis alunos atendidos nas oficinas de Alfabetização em Braille e à Tinta, Educação Física, Artes, Acompanhamento Pedagógico e Matemática.

Na expectativa e compromisso de continuar superando os desafios da inclusão, em 2008 foram inseridos no 6º Ano do Ensino Fundamental, três alunos surdos. Essa demanda foi ampliada para trinta e sete educandos no ano de 2009.

Nesta escola são atendidos em média 910 alunos, distribuídos em seus três turnos (matutino, vespertino e noturno), no ensino regular, desde o ingresso na escola no Ensino Fundamental aos 06 (seis) anos (Introdutório) até o 9º Ano (encerramento do Ensino Fundamental). É uma escola inclusiva e atende alunos do Projeto Com-Tato (cegos ou com baixa visão) e, atendimento aos alunos surdos em classe comum (com intérprete e Coordenador do Projeto para surdos).

A escola conta em seu quadro com 90 funcionários, sendo 70 professores, 1 diretor, 2 vice-diretores, 04 coordenadores, sendo: 01 coordenador para as Séries Iniciais, ano Introdutório (6 anos) até o 5º ano (faixa etária 10 anos); 01 para alunos do 6º ao 9º Ano, último ano do Ensino Fundamental e EJA (Estudos de Jovens e Adultos) do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental com funcionamento no turno noturno; 01 para o Com-Tato e 01 para o atendimento aos alunos surdos.

Escola Laurina Rosa é bem estruturada em recursos, pois possui: sala multifuncional - com professor que atende alunos com NEE em apoio ao professor referência e ao desenvolvimento do educando; sala de inclusão digital para os alunos do 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental e a sala de Proinfo (também de inclusão digital) que atende aos alunos do 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental. Cada uma das salas conta com um professor em período integral por turno ou o mesmo professor para 02 turnos, oficinas para os alunos

surdos (exceto nas segundas-feiras, dia em que os professores e coordenadores planejam as atividades da semana) antes do turno regular, (seja ele vespertino ou noturno), o atendimento ao aluno surdo do 1º ao 5º Ano é feito em outra escola no mesmo Bairro Iguazu.

A escola possui 14 salas de aula do ensino regular distribuídas desde o 1º Ano (Introdutório) até o 9º Ano do Ensino Fundamental e à Educação de Jovens e Adultos, funcionando nos turnos, matutino, vespertino e noturno: 01 sala de multirrecursos, 01 laboratório de informática, 01 sala de secretaria, 01 diretoria, 01 biblioteca, 01 cantina, 01 para os coordenadores, 01 sala para os professores, 01 quadra coberta, dependências para almoçar, setor de merenda, sanitários, refeitório coberto, pátio, estacionamento.

Os alunos atendidos nesta escola são, em sua maioria, moradores de Ipatinga, principalmente do Bairro Iguazu. Na mesma é oferecido um atendimento diferenciado aos alunos surdos, cegos ou com baixa visão com projetos específicos às necessidades e/ou grau de dificuldade.

A escola tem por missão o respeito às diferenças, acolher alunos vindos de outros municípios bem como os professores que os atendem, ou seja, professores e alunos das cidades vizinhas ao Vale do Aço e/ou outras.

Há uma interação boa entre todos os segmentos na escola, sendo importante tanto para o convívio dos pares como para o desenvolvimento dos alunos em todos os aspectos e, principalmente, para os alunos com NEE (entre eles alunos com “surdez”).

Os alunos surdos apresentam (de modo geral) bom relacionamento e aceitação dos demais colegas, sejam eles surdos ou ouvintes. Os funcionários recebem bem a todos os que se interessam pela Libras (Língua Brasileira de Sinais) ou que pretendem fazer estudos sobre os surdos, visando uma maior compreensão de suas necessidades.

E é nesse contexto de lutas, superações e vitórias que realizei a pesquisa, embasando-me em experiências concretas, para que os objetivos propostos fossem alcançados, além de oferecer fatos reais para a construção de dados dialogando com os autores citados na Fundamentação Teórica.

3.1 Participantes

Esta pesquisa contou com a participação de:

- 01 Professor A (Messias), leciona Ciências, em classe comum, atende alunos surdos em suas turmas;

- 01 Professor B (Pedro), leciona Educação Física, em classe comum, atende alunos surdos em suas turmas;

- 02 Alunos surdos, Gilson (E1) e Jonas (E2), atendidos em classe comum, que estudam no 7º Ano do Ensino Fundamental; (não foi perguntado a idade dos alunos pesquisados) mas, encontram-se entre as normas da escola:: só responde a pesquisas, aceita ser fotografado/filmado/entrevistado, alunos surdos maiores de idade (sem nenhuma interdição) ou menores de idade mediante autorização dos pais ou responsáveis e se o menor aceitar a solicitação do pesquisador, estagiário ou similares. Optei por alunos maiores de idade, cujos nomes (sujeitos da pesquisa), foram sugeridos por profissionais da escola (professores, intérpretes, coordenadores, psicopedagogos) que acompanham tais alunos, conhecem disponibilidade e/ou interesse (dos mesmos) em participar, e, ainda apresentam mais facilidade na interpretação dos objetivos do trabalho.

- 02 Intérpretes (1 e 2), que atendem os alunos surdos nas classes comuns.

Para preservar os participantes desta pesquisa, seus nomes fictícios são: Professor A (Messias), Professor B (Pedro), Aluno E1 (Gilson), Aluno E2 (Jonas), Intérprete 1 e Intérprete 2.

Portanto, a pesquisa foi realizada com dois alunos surdos (maiores de idade), dois professores e dois intérpretes, no intuito de conhecer melhor os seus anseios, experiências e perspectivas para o futuro da educação inclusiva no Município de Ipatinga, através desta, após analisadas as questões, vislumbrar novos rumos para a educação inclusiva, principalmente para os surdos.

3.4 Materiais:

Para a realização deste trabalho foram utilizados os seguintes materiais:

- 01 Computador;
- 01 Impressora;
- Tinta para impressão;
- 50 folhas de papel A4;
- 01 Bloco de papel;
- 01 caneta;
- 01 Máquina fotográfica (digital).

3.5 Instrumentos de Construção de Dados

Para a realização deste trabalho foram utilizados como instrumentos: a) questionário com questões abertas; b) observações em sala de aula.

Os questionários foram aplicados aos 02 professores de classe comum que possuem alunos surdos em sala, ou seja, Professor A (Messias), Professor B (Pedro). Também responderam ao instrumento os 02 Intérpretes de alunos surdos em classe comum - Intérprete 1 e Intérprete 2 e, os 02 alunos surdos - Aluno E1 (Gilson), Aluno E2 (Jonas).

As observações foram realizadas na turma do 7º ano do Ensino Fundamental (noturno), por se tratarem de alunos maiores de idade, surdos, incluídos em classe comum, também por ser o horário do qual o pesquisador possui para os estudos.

3.6 Procedimentos de Construção de Dados

Antes de decidir em qual escola seria realizada a pesquisa de campo (cunho qualitativo), foi realizada uma busca de informações sobre qual, entre as que atendiam alunos com surdez, seria mais apropriada aos objetivos do trabalho, levando em consideração também a idade dos alunos pesquisados, a estrutura de atendimento aos mesmos e, ainda, sua localização (mais perto da residência do pesquisador para adequação do tempo para a realização do trabalho).

Escolhida a escola, foi realizada uma visita na mesma, onde a recepção foi feita pela Coordenadora do Projeto de atendimento aos alunos com surdez. Em seguida foi realizada a apresentação sobre o trabalho a ser desenvolvido na escola e entregue a Carta de Apresentação. Posteriormente, foram entregues os Termos de Consentimento para serem assinados pelos participantes do trabalho (professores, intérpretes e alunos surdos), autorizando a pesquisa.

No segundo momento os questionários foram entregues a cada participante da pesquisa, (após ter sido comunicado aos mesmos o interesse pela educação inclusiva, em especial a educação dos surdos). Posteriormente foram realizadas as observações.

As observações ocorreram durante as aulas das diferentes disciplinas que compõem a grade curricular (dezesseis ao todo) com procedimentos exploratórios e registros diários das atividades desenvolvidas (com dias da semana estabelecidos pela Coordenadora de atendimento aos surdos).

Durante as observações ocorreram dois eventos: uma palestra sobre diferentes culturas, com a participação da Intérprete 1; uma apresentação de material didático (de

matemática), elaborado por um professor das escolas municipais, com a participação do Intérprete 2 e outros intérpretes que dividiam as atividades durante o evento. Estes dois eventos foram realizados para todos os alunos da escola que freqüentam o turno noturno. Nestes momentos, foram observados: o comportamento dos surdos em relação aos alunos ouvintes e vice-versa, as atividades foram mediadas por signos (orais, gestuais e escritos).

Comecei a observar numa classe composta por alunos de diferentes faixas etárias, no turno noturno. Neste dia era aula de Ciências, onde estavam estudando sobre o Sistema locomotor, havia um intérprete na sala de aula.

Além das oficinas a escola conta com um professor de reforço para os alunos surdos que apresentam maiores dificuldades de aprendizagem e, foi na aula de Português que dois dos observados saíram para a aula de reforço de leitura e interpretação de texto, pois os mesmos apresentam outras necessidades especiais além da surdez (na turma observada havia quatro alunos surdos, mas o questionário foi respondido por apenas dois deles).

A terceira observação foi realizada na aula de Ensino Religioso, onde foram trabalhados **valores**. Nesta data aproveitei para expor aos alunos e professores o objetivo do estudo, entreguei o questionário específico a cada pesquisado, combinando um prazo para a entrega do(s) mesmo(s), para a observação seguinte.

A quarta observação foi realizada na aula de Educação Física (teoria), orientação sobre as regras do jogo de damas. Aproveitei para recolher os questionários entregues para os participantes (entregues anteriormente após expor o objetivo do estudo).

Assim ocorreram as outras observações nos mesmos dias da semana (02 segundas-feiras, e 02 quartas-feiras), com os mesmos alunos e professores das mesmas disciplinas citadas (naturalmente), com assuntos inerentes a cada uma delas. Um fator interessante observado foi a freqüência dos alunos surdos na escola, pois durante todas as quatro vezes que visitei a mesma ou observei as aulas eles estavam presentes.

Durante a coleta de dados houve boa acolhida por todos da escola. Houve uma aceitação e colaboração entre os profissionais da educação que visam aprimorar os conhecimentos buscando mais segurança para atender aos educandos (principalmente da inclusiva, particularmente o surdo, objeto da pesquisa em questão). Este foi um fator importante para a realização da pesquisa e, sobre o tema estudado.

3.7 Procedimentos de Análise de Dados

Após a aplicação dos questionários aos participantes da pesquisa, bem como das observações em sala de aula (em suas metodologias e/ou estratégias de ensino), os intérpretes

e o funcionamento da escola de maneira geral e na especificidade de atendimento aos alunos com surdez, a interação entre os alunos surdos e os ouvintes, o relacionamento na sala de aula entre alunos, professores e intérpretes, a parceria entre os professores e os intérpretes, enfim, como é o cotidiano de todos da sala e na escola como um todo, na perspectiva (visão) de escola inclusiva, foi realizada a análise interpretativa e descritiva dos resultados, tendo como base a literatura utilizada na Fundamentação Teórica, complementada por registros das observações.

IV - RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objetivo deste trabalho foi estudar o cotidiano (ensino-aprendizagem-convivência) dos surdos em classe regular, em uma escola pública do município de Ipatinga/MG, no contexto da escola inclusiva. Bem como, analisar o processo de aprendizagem dos alunos surdos inclusos em sala de ensino regular; identificar e analisar a interação entre os segmentos que compõem a comunidade escolar visando uma educação de qualidade para os surdos, adequando os recursos disponíveis; buscando novos meios de obter outros recursos, aprofundar o conhecimento na área da surdez, para uma melhor compreensão e consequentemente mais segurança para se trabalhar as questões inclusivas em suas especificidades; identificar a percepção que os alunos surdos possuem sobre seus colegas de sala ouvintes e vice-versa; identificar as metodologias, os materiais, os espaços que são utilizados pelos professores para o trabalho com os alunos surdos; a participação do intérprete de Libras na sala de aula, sua importância relevante e a convivência entre todos na sala de aula e na escola.

Desta forma, foi aplicado um questionário para 02 (dois) Professores que atuam com alunos surdos, bem como 02 (dois) intérpretes e também 02 (dois) alunos surdos, principais sujeitos da pesquisa; como foram feitas as observações em sala, que passam a serem analisados abaixo:

4.1 Análise dos Questionários aplicados aos Professores/Intérpretes.

Ao serem perguntados quando aprenderam Libras e há quanto tempo, os Professor A (Messias), Professor B (Pedro) e Intérprete 1 e Intérprete 2 responderam:

Professor A: Escola “MRB”, há 03 anos.

Professor B: Escola “MRB”, há 03 anos.

Intérprete1: Fiz cursos em igrejas evangélicas em Ipatinga, depois fiz curso pela FENEIS, há mais ou menos 08 anos.

Intérprete 2: No curso básico, 03 anos.

É comum encontrar basicamente a mesma resposta tanto de professores, quanto de intérprete ou alunos surdos ou ouvintes onde aprenderam Libras, por ser a escola mencionada uma das mais procuradas na região para este fim. Há muito tempo (em torno de 17 anos) tem oferecido cursos de Libras (a princípio para um pequeno grupo) mais recentemente, com regularidade os cursos (básico, intermediário e conversação) com a participação também da

comunidade e, principalmente, de familiares de surdos (para os surdos são oferecidos cursos há bem mais tempo), constatado na resposta do aluno E2 (analisado em seguida).

Na segunda questão foi perguntado se os professores dos pesquisados de Libras eram surdos ou ouvintes:

Professor A: “Professor ouvinte, com um monitor surdo.”

Professor B: “Professor ouvinte com monitor surdo.”

Intérprete 1: “Geralmente um surdo acompanhado de ouvinte.”

Intérprete 2: “Com um surdo.”

Encontra-se geralmente um professor surdo (oralizado) nos cursos de Libras, um professor surdo acompanhado de um professor ouvinte que sabe Libras (intérprete ou não) ou ainda professor ouvinte acompanhado de monitor surdo, professor de Libras ou que sabe Libras (oralizado ou não).

Quando perguntados sobre as dificuldades para se comunicar com os surdos e quais medidas usam para resolver estas dificuldades assim se pronunciaram:

Professor A: “Ainda tenho dificuldades, sei pouco Libras, o idioma é muito complexo, aprendo lentamente. Continuo estudando, é preciso comunicar sempre com o surdo, estar em contato com ele.”

Professor B: “Ainda tenho dificuldades. Continuar estudando para comunicar com o surdo.”

Intérprete 1: “Às vezes quando tenho dúvidas peço ajuda dos próprios surdos.”

Intérprete 2: “Às vezes, pergunto para eles os sinais que tenho dúvidas.”

Aqui, além de sentir a disposição com que todos os pesquisados prontificaram em responder a pesquisa, pode-se inferir a intenção dos professores e intérpretes de continuarem os estudos na área da surdez (não só a Libras) para cada vez mais oferecer uma educação de qualidade aos seus alunos, como também adquirirem mais segurança na sua profissão e na vida pessoal na comunicação com o surdo.

Percebe-se claramente nas respostas dos Professores e dos Intérpretes (e também durante as observações), mesmo os que têm alguma dificuldade na comunicação, não se furtaram de aprender com os próprios alunos surdos, e estes se dispuseram a ajudar sempre que solicitados (inclusive mais de um surdo fazendo seu esclarecimento em complemento ao(s) do(s) colega(s), ora um, ora outro ou os dois ou o grupo, e a tranquilidade da Intérprete ao conduzir a aula (neste dia especificamente). Confesso que me interessei mais ainda pela Libras, com pretensão de continuar os estudos na área da surdez e na educação inclusiva. Afinal, isso é mais que uma necessidade, é um dever de todo educador ampliar seus

horizontes, buscando conhecer a Libras para que possa oferecer melhores condições de aprendizagem para seus alunos surdos. Peixoto (2006, p. 208) afirma que:

Para grande parte dos surdos, a linguagem evolui através da língua de sinais, que amplia as possibilidades cognitivas e conceituais para nomear e categorizar a realidade ao seu redor, bem como perpassa os objetos de conhecimento com o qual se deparam.

Em relação à experiência pessoal de como os surdos vêem os professores intérpretes os mesmos disseram:

Professor A: “Vêem com naturalidade e dão importância, pois, percebem que foi um avanço para eles. O surdo tem bom relacionamento com todos que convivem com ele, sem discriminação, sentem-se valorizados quando os ouvintes se interessam em se comunicar com eles.”

Professor B: “Dão importância, pois, sabem que foi um avanço para eles. O surdo relaciona bem com todos sem discriminação.”

Intérprete 1: “De modo geral muitos não conseguem entender o papel do Intérprete, porém, há respeito entre todos.”

Intérprete 2: “Eles tem uma relação boa com os professores e Intérpretes, alguns colegas ouvintes se comunicam com eles.”

Segundo Quadros (2004, p. 27) o Intérprete “é o profissional que domina a língua de sinais e a língua falada no país e que é qualificado para desempenhar a função de intérprete. No Brasil, o Intérprete deve dominar a língua brasileira de sinais e língua portuguesa.”

Ao explicarem como é a interação em sala com os alunos e professores disseram que:

Professor A: “A interação é muito boa, há uma parceria entre Professor e Intérprete no atendimento ao surdo, o alunos ouvintes colaboram com a inclusão do surdo na sala regular e procuram compreende-los.”

Professor B: “É boa, muito tranquila, há uma parceria entre Professor e Intérprete, os alunos ouvintes colaboram com o surdo em tudo que podem.”

Intérprete 1: “Sou muito bem aceita por todos.”

Intérprete 2: “Boa. Sempre interagindo o surdo com o professor e os colegas.”

A confirmação destas respostas ocorreu durante as observações realizadas e a interação/interrelação na sala de aula permitiu vislumbrar o futuro da educação inclusiva na escola e em Ipatinga, inclusive pela atitude despojada dos envolvidos no intuito favorável ao compromisso com a “missão” de ofertar o melhor de cada um e de todos.

Nota-se uma colocação positiva nas respostas no que se refere à convivência e parceria entre os pesquisados e no geral em todos os observados, uma vez que, de maneira menos explícita, muitos outros sujeitos participaram e tiveram sua parcela de contribuição no resultado positivo e (pode-se dizer prazeroso) da pesquisa. A acolhida e suporte oferecidos trouxeram mais motivação e interesse para a continuidade dos estudos. Para Lacerda (2006, p. 3).

A inserção do aluno surdo no ensino regular é uma das diretrizes fundamentais da política de inclusão/integração. Integração é entendida nesse contexto como um processo dinâmico de participação das pessoas, legitimando sua interação nos grupos sociais, implicando em reciprocidade. Nesse sentido, a integração escolar é vista como um processo gradual e dinâmico que pode tomar formas distintas de acordo com as necessidades dos alunos.

Em relação a melhorias sobre o trabalho de interpretação no âmbito educacional informaram que:

Professor A: “Deveria ter maior apoio e o cargo de intérprete em concurso, traria mais segurança em relação ao atendimento ao aluno surdo, é um direito deles, mas, poucas escolas têm o profissional atuando.”

Professor B: “Ter maior apoio ao Intérprete/Professor de Libras em concurso, em relação ao atendimento ao aluno surdo, pois são poucas escolas que contam com este profissional.”

Intérprete 1: “Ter maior apoio ao Intérprete e Professor.”

Intérprete 2: “Ter mais cursos para os Intérpretes.”

Nesta questão nota-se certa fragilidade da categoria de Professores e Intérpretes em relação ao(s) cargo(s) que ocupa(m), ou seja, embora a Lei exista, na cidade de Ipatinga não está vinculada ainda oficialmente em concursos. Há Intérpretes em todas as turmas que têm alunos surdos incluídos, que passaram por um processo seletivo ou professor concursado para as classes comuns, que fizeram cursos de Libras, obtiveram média de 70% ou mais, foram indicados pelo professor do curso para uma avaliação (aqueles que pretendiam atuar como intérprete) e, aprovados passaram também por processo seletivo na SME - Secretaria Municipal de Educação (para atuarem como intérpretes). Em relação a esta questão o Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, parágrafo 2º. Art. 7º informa que: *A partir de um ano da publicação deste Decreto, os sistemas e as instituições de ensino da educação básica e as de educação superior devem incluir o professor de Libras em seu quadro do magistério.* E, ainda a Lei Orgânica do Município, na seção 4, art. 197, inciso III: *“A garantia da Educação pelo Poder Público estará assegurada por atendimento educacional especializado ao aluno portador de deficiência, ao infra e super dotado, na rede regular de ensino, com garantia de*

recursos humanos, material, equipamento público adequado e de vaga em escola próxima à sua residência”.

Porém, ainda não há a garantia da aquisição desses profissionais para a educação pública, por meio de concurso e nem reconhecimento desse profissional. Quadros (2004, p. 47) relata que “no ano de 2001, foi realizado um encontro internacional sobre a formação de intérpretes de língua de sinais na América Latina e que entre as principais necessidades estão: que exista reconhecimento da profissão e titulação de Intérprete de Língua de Sinais, que exista reconhecimento da profissão e titulação de formador de Intérpretes de Língua de Sinais”.

Quando perguntados sobre as metodologias utilizadas para a efetivação do aprendizado com os alunos surdos responderam:

Professor A: “O surdo é mais visual, portanto, deve-se usar metodologias e/ou estratégias que explorem bem este campo para favorecer a aprendizagem.”

Professor B: “O surdo é muito visual, deve-se utilizar metodologias e/ou estratégias que explorem bem este campo para eles desenvolverem mais aprendizagem.

Intérprete 1: “As metodologias ainda tendem em atender a maioria, no caso os ouvintes.”

Intérprete 2: Não respondeu a questão.

Embora estejam desempenhando um papel importante, ainda é precária a aquisição de material didático e acompanhamento específico (de maneira efetiva) quanto à metodologia utilizada para o atendimento aos surdos. Tanto os professores, quanto os intérpretes sentem a necessidade de material pedagógico adequado para que o surdo seja mais bem acompanhado nas suas atividades e os professores tenham mais opções para prepararem suas aulas dentro do contexto inclusivo.

O fracasso escolar do aluno relaciona-se com a inadequação da escola para atender a suas especificidades de aprendizagem. A partir dessa idéia é que se buscam no campo teórico-referenciais que visem “resgatar uma visão mais globalizante do processo de aprendizagem e, conseqüentemente, dos problemas desse processo.” (SCOZ, 1994, p. 23).

Os participantes foram perguntados qual a sua percepção sobre a inclusão dos surdos dentro da escola e se pronunciaram:

Professor A: “A inclusão acontece com bastante naturalidade.”

Professor B: Não respondeu a questão.

Intérprete 1: “Vejo como um processo a educação inclusiva para um momento de estruturação de quebra de paradigmas.”

Intérprete 2: “Está em processo, mas já alcançou vários avanços.”

Conforme foi observado, os pesquisados consideram a inclusão como um ponto positivo na escola na maneira natural que a mesma acontece, na interação e comprometimento entre colegas (alunos) surdos e ouvintes, na parceria entre os profissionais e no apoio dos gestores. Ficou bastante clara a veracidade das respostas durante o tempo de convivência com os pesquisados, e ousou concordar com eles mais ainda quanto aos avanços alcançados.

[...] os receios, os medos, as superstições, as frustrações, as exclusões, as separações rígidas devem fazer parte do passado...” Os seres humanos independentemente das suas condições e potenciais, têm direito às mesmas oportunidades de inserção, inclusão e realização psicossociais” (FARIA, 1993, p. 93).

E, por último, foram solicitados a opinar sobre a melhoria da qualidade de ensino para os surdos e como os professores poderiam se preparar. Responderam que:

Professor A. “Ter mais cursos de Libras, oportunizar para professores e a comunidade também, principalmente a família do surdo. Quanto mais difundido, melhor será o atendimento e aprendizado. Todos ganham.”

Professor B: “Oferecer cursos de Libras, para professores, comunidade e a família do surdo, palestras, oficinas sobre a inclusão na escola. Difundir mais de modo geral, melhorar para todos.”

Intérprete 1: “Investimentos em cursos, capacitação, buscar junto aos próprios surdos troca de experiências e estudar sempre.”

Intérprete 2: “Materiais didáticos de Libras.”

Conforme pode ser observado os pesquisados acreditam na educação continuada na área, onde professores, alunos, família, enfim a comunidade saiba Libras para uma melhor comunicação com o surdo, bem como aquisição de materiais didáticos adequados.

[...] não há limites práticos para a ordem, tipo ou qualidade de uma conversação em sinais, exceto aqueles impostos pela memória, experiência, conhecimento de mundo e inteligência. Em relação a isso as línguas de sinais não são diferentes das línguas orais (QUADROS, 2004, p.35).

A verdade é que a princípio, aprender Libras envolve um interesse particular de cada indivíduo interessado, apesar de já existirem várias ações no intuito de divulgar e capacitar cada vez mais pessoas para a comunicação com os surdos. O desencadeador inicial para o avanço da difusão da língua brasileira de sinais já foi dado a partir da criação do Decreto de Lei 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Resta a cada autoridade, educador, pais, surdos e

outros segmentos da sociedade continuar lutando e fazer valer os direitos adquiridos no que diz respeito à inclusão dos surdos na rede de ensino regular.

4.2 Análise do Questionário Para os Alunos Surdos

Ao serem perguntados onde aprenderam e há quantos anos sabem Libras, os alunos E1(Gilson) e E2 (Jonas) responderam:

Aluno E1: “Na minha cidade um pouco, depois vim pra “MRB” com 10 anos.”

Aluno E2: “Aprendi na Escola “MRB”, há quinze anos.”

Observa-se que a escola MRB é referência no ensino de Libras, pois foi citada por todos os pesquisados.

Na questão seguinte foi perguntado como conseguem acompanhar, compreender as explicações do professor:

Aluno E1: “Agora mais fácil, intérprete ajuda surdo aprender.”

Aluno E2: “Hoje consigo aprender com a ajuda do intérprete”.

Durante as observações (e conversas espontâneas) durante a pesquisa ocorreram situações que podem dar respaldo às respostas dos alunos através da interatividade e convivência entre todos os pesquisados na sala de aula e na escola como um todo.

Foram questionados se é difícil se comunicar com o Professor e o Intérprete, disseram:

Aluno E1: “Pouco difícil, com intérprete ajudando consigo entender professor ensina melhor.”

Aluno E2: “Mais ou menos. Porque as vezes o professor regente que fala rápido com intérprete.”

Estas respostas (de acordo com as observações na sala de aula), é compreensível os surdos apresentarem dificuldades na comunicação com os ouvintes (no caso, professor regente e Intérprete de Libras), pois, o português é para eles a 2ª língua.

E, é primordial que os mesmos tenham condições de se comunicar e interagir com os ouvintes (alunos ou professores)

A capacidade de comunicação linguística apresenta-se como um dos principais responsáveis pelo processo de desenvolvimento da criança surda em toda a sua potencialidade, para que possa desempenhar seu papel social e integrar-se verdadeiramente na sociedade. (DUTRA, 2008, p. 16).

Quando perguntados como percebem os colegas ouvintes no cotidiano escolar e sobre o relacionamento na sala e na escola responderam:

Aluno E1: “Eles gostam conversar com o surdo, gostam aprender Libras. Na escola Laurina muito bom estudar.”

Aluno E2: “Sim. Converso com os colegas.”

Quanto ao preconceito pronunciaram:

Aluno E1: “Na sala tudo bom com os colegas os professores tudo também bom.”

Aluno E2: “Normal, todos unidos.”

Senti o bom relacionamento dos alunos surdos com os colegas ouvintes ao fazer as observações em sala de aula, constatando as respostas dos alunos E1 e E2. Há um “clima” (convívio) agradável entre todos.

Sobre a importância do intérprete na visão do surdo se é uma conquista e o que mudou responderam assim:

Aluno E1: “Surdo valor do intérprete ajuda professor ensinar melhor surdo aprende agora mais na Escola mudou mais fácil estudar Ipatinga.”

Aluno E2: “Com intérprete fica mais fácil aprender.”

É comum aos surdos darem respostas curtas, pelo fato da comunicação em Libras ser bastante resumida (onde uma frase pode ser representada com um classificador (configuração de mão que representa um contexto), portanto, numa questão, texto ou frase, eles identificam o tema central para a resposta ou pergunta, subentende-se que selecionaram as palavras chave da questão: intérprete e aprender. Eles fazem uso dos verbos basicamente no infinitivo.

Os participantes foram perguntados sobre os materiais e metodologias que mais auxiliam na aprendizagem relataram:

Aluno E1: “Ipatinga tem intérprete na sala Escola “Laurina” professor passa matéria como o surdo aprende melhor vendo figura as palavras difíceis intérprete ajuda surdo.”

Aluno E2: “Uso de materiais concretos e visuais mapas, imagens, teatros.”

Durante as observações realizadas pôde-se perceber que os surdos têm capacidade de aprender tanto quanto alunos ouvintes, quando se usam metodologias adequadas e há um esforço conjunto no alcance dos objetivos propostos, mediante cada conteúdo ensinado, as parcerias formadas, o comprometimento e/ou dedicação dos profissionais da educação sem distinção hierárquica, o empenho dos alunos surdos, o relacionamento entre os alunos surdos e seus colegas ouvintes.

É de fundamental importância que a influência da língua portuguesa oral sobre a cognição não seja supervalorizada em relação ao desempenho do aluno com surdez, dificultando sua aprendizagem e diminuindo suas chances de integração plena. Faz-se necessária, por conseguinte, a utilização de alternativas de comunicação que

possam propiciar um melhor intercâmbio, em todas as áreas, entre surdos e ouvintes. Essas alternativas devem basear-se na substituição da audição por outros canais, destacando-se a visão, o tato e movimento, além do aproveitamento dos restos auditivos existentes. (DUTRA, 2008, p.16).

E, por último relataram a história de vida da seguinte forma:

Aluno E1: Minha saúde pouca era pequeno meus pais mudaram para Ipatinga ir médico tomar remédio, fui estudar na “MRB” pequeno 10 anos, agora grande saúde melhorou, estudar “Laurina” quando terminar vou estudar escola “José Vitor”. Tem Libras la bom aprender la colegas amigo surdo estuda saiu do “Laurina” foram segundo grau minha família boa ajuda eu estudar ir “José Vitor” depois sair “Laurina”.

E2: Nasci surdo, meus pais começaram me obrigar falar. Depois é que deixaram me matricularam na Escola Especial “MRB” onde aprendi Libras. Hoje tenho fluência em Libras.

Percebe-se através da resposta a boa convivência do aluno E1 com a família, seu entusiasmo em relação aos estudos com expectativa de continuar em outra escola (ensino médio, estadual) que tem alunos surdos incluídos nas classes comuns, no mesmo bairro, assim como na escola que ele estuda atualmente (pesquisada).

Na resposta do aluno E2 ficou claro que na própria família era mais difícil aceitar um filho surdo (visto talvez como uma criança problema), ao tentar obriga-lo a falar como se bastasse querer, sabe-se que nem todos conseguem e, mesmo os que são oralizados não têm uma dicção muito clara quanto um ouvinte que esteja dentro dos padrões da fala (aquele considerado um ouvinte “normal”).

Durante as observações tive a oportunidade de presenciar o aluno E2 auxiliando o Intérprete na sala de aula (quando na ausência do professor regente) a tirar dúvidas dos colegas ouvintes em Libras, ele o fazia com entusiasmo e com a fluência que declarou.

A presente pesquisa trouxe algumas contribuições no intuito de realizarmos reflexões e quem sabe ações, referentes à inclusão de alunos surdos na rede regular de ensino em Ipatinga.

Não existe um tempo específico para que um indivíduo surdo entre para a escola, porém deve fazê-lo o mais cedo possível para que o mesmo possa se inserir no mundo alfabetizado e se apropriar das ações referentes à leitura e escrita, assim como o estudo da Libras, sendo para ele a sua 1ª língua (L1) e um direito amparado por lei.

As metodologias são as mais diversas, especificamente aquelas em que o aluno (principalmente o principiante) possa visualizar as aulas, incluindo-se cartazes, vídeos,

desenhos, material concreto, entre outros, inclusive organizando-se o espaço de maneira a expor previamente os conteúdos das aulas em cartazes, banners ou faixas.

As aulas podem ser ricas e produtivas, desde que o professor regente tenha vontade, buscando apoio na equipe diretiva e sendo um constante pesquisador. Ainda que o profissional seja capacitado, ele não alcançará seus objetivos se não tiver amor pelo que faz. Caso ele não saiba Libras, seria interessante a presença de um intérprete e que este não separasse os alunos surdos dos demais alunos ouvintes como se fossem duas turmas distintas, caso contrário não poderia ser considerada inclusiva, porém, seria mais viável que o professor regente aprendesse a Língua dos surdos e que professores e intérpretes trabalhassem em parceria, com metodologias e estratégias adequadas, sem esquecer de mencionar a participação dos familiares.

O aluno surdo é recebido pelos demais como um colega que interage, participa, aprende, atua e se interrelaciona com todos. É um ser pensante com potencial de inteligência e raciocínio como qualquer outro ser humano (respeitando suas especificidades, principalmente àqueles que apresentam outros comprometimentos). O surdo não é mais visto como pessoa inferior e/ou incapaz, haja vista que ele (o surdo) quando domina a Libras, está igual ou além do ouvinte que tendo dificuldade na sua língua materna, nossa Língua Portuguesa, sofre discriminação. Pode-se concluir que não é o fato de ser surdo que limita o indivíduo, como também não basta ser ouvinte para garantir competência e/ou habilidade, há fatores determinantes que conduzem ao sucesso, entre eles a dedicação e ou oportunidade de cada um ou de um grupo (de pessoas surdas ou ouvintes) na busca de seus objetivos, portanto, o surdo é capaz de realizar as mais variadas tarefas e adquirir uma maior qualidade de vida no ambiente em que vive.

Contudo, sabe-se que em Ipatinga está avançada em relação a outras cidades na oferta de cursos de Libras e projetos que atendam os surdos em escolas inclusivas, muito ainda falta para que se obtenham resultados significativos.

Já nas observações 'in loco' e questionários, percebeu-se que há um consenso entre alunos, professores e intérpretes na necessidade de se difundir a linguagem para o alcance de todos, pois assim será dado um grande passo para a aquisição de uma maior qualidade na educação dos surdos.

V-CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após este trabalho que foi realizado com o objetivo de estudar o trabalho realizado com surdos em classe regular, em uma escola pública do município de Ipatinga/MG, no contexto da escola inclusiva, novos horizontes se abriram no que se refere ao conhecimento e entendimento do mesmo, pois, antes não compreendia o verdadeiro papel da inclusão, agora tenho um ponto de partida.

A relação interpessoal que ocorre entre surdos e ouvintes é muito interessante por aproximar realidades e línguas distintas. Ambos interagem de maneira receptiva e se ajudam (há uma reciprocidade) no intuito de se entenderem e de juntos alcançarem o principal objetivo que é aprender, a interdependência humana impulsiona para o crescimento e fortalecimento das relações e/ou comunicações em quaisquer línguas ou linguagens que se fizerem necessárias e/ou oportunas.

Grandes contribuições foram obtidas através dessa pesquisa, dentre as quais destaco o aprofundamento teórico que ampliou o conhecimento desse universo ímpar que é a educação inclusiva (especialmente a inclusão e a educação dos surdos), além do esclarecimento através das leis que a regem e das garantias e amparo que alunos deficientes encontram nas mesmas.

Estudar o trabalho realizado com surdos em classe regular (7º Ano do Ensino Fundamental), em uma escola pública do município de Ipatinga/MG, no contexto da escola inclusiva, de forma empírica, observando, vivenciando e conhecendo a realidade aqui vivida, pode-se responder a questões básicas propostas neste trabalho como tipos de materiais, metodologias, espaços adequados, onde buscar subsídios, relacionamento interpessoal dos surdos, o trabalho do professor-intérprete e outras. Possibilitou ainda analisar o processo de inclusão escolar de alunos surdos em classe regular de ensino, o que foi muito positivo com relação à satisfação dos alunos surdos em têm a oportunidade de aprender e ampliar conhecimentos pré-existentes.

Oportunizou-me também a identificar e analisar a interação entre os segmentos que compõem a comunidade escolar visando uma educação de qualidade para os surdos, adequando os recursos disponíveis, quando assisti e acompanhei algumas aulas e atividades realizadas por eles e visivelmente via-se estampada em seus rostos a alegria e satisfação por

estarem envolvidos no meio educacional, interagindo com outros surdos e ouvintes, estabelecendo assim uma relação de aprendizagem.

Propiciou-me enfim, identificar as metodologias, os materiais, os espaços que são utilizados pelos professores para o trabalho com os alunos surdos, que geralmente são visuais e em alguns casos táteis, no caso de contato com objetos para conferir-lhes tamanho, textura e outras propriedades do mesmo.

Que para o futuro (mas não muito distante), as pessoas ligadas direta ou indiretamente à educação de surdos, possam buscar a garantia da inserção do profissional que interpreta a Libras, por meio de concursos públicos na Educação Pública e que possam garantir a presença dos mesmos em empresas que venham a dar maiores oportunidades de trabalho remunerado para os surdos. E ainda que o município invista mais em formação e capacitação para o ensino e interpretação da Libras, para posteriormente cobrar resultados na qualidade deste ensino. E que todos divulguem esta linguagem aos quatro cantos da terra e dessa forma a surdez não será mais um empecilho para a integração total do indivíduo na sociedade.

Observa-se após analisar o resultado da pesquisa que, a inclusão do aluno surdo na classe regular da Escola Laurina Rosa ocorre de acordo com os parâmetros legais, significativos no contexto favorável à aprendizagem e ao desenvolvimento humano numa visão sociointeracionista, sendo utilizados recursos e/ou metodologias que atendam as necessidades educacionais do aluno surdo (visual, gestual, material concreto, etc.). Há um atendimento especializado e individualizado por profissionais com experiência e conhecimento da Libras (equipe multidisciplinar).

Percebe-se um interesse por parte de todos em buscar subsídios que garantam uma educação de qualidade e inclusiva, bem como mais segurança nas questões pedagógicas, (visão e/ou realização profissional). No tocante ao relacionamento interpessoal dos surdos observados durante a pesquisa e, contemplados nas respostas dos pesquisados, ocorre de maneira cordial entre os pares surdos e/ou ouvintes contribuindo para a evolução do processo em construção com estrutura suficiente para receber as mudanças que se espera para a educação inclusiva, em especial a educação do surdo.

A vida no trabalho faz-se em cenário de atitudes, emoções e sentimentos de enorme diversidade, reproduzindo a forma particular de cada indivíduo lidar com a realidade. As emoções experimentadas nas relações diárias criam uma atmosfera característica em cada organização.” (BOM SUCESSO, 2002, p.26).

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Aline M. e outros. *Perda auditiva hereditária: relato de casos 2008*. Disponível em: < www.scielo.br >. Acesso em: 02/11/2010.
- BOM SUCESSO, Edina de Paula. *Relações interpessoais e qualidade de vida no trabalho*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.
- BRASIL. *Constituição (1988)*. *Diário Oficial da União*. Brasília-DF. Disponível em: < www.planalto.gov.br >. Acesso em: 30 out. 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001*. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: MEC, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília: MEC/SEESP, 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *O processo de integração escolar dos alunos portadores de necessidades educativas especiais no sistema educacional brasileiro*. Série Diretrizes nº 11. Brasília: Secretaria de Educação Especial (SEESP), 1995.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996*. Brasília: MEC/SEESP, 1996.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. *Declaração de Salamanca, e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. 2. ed. Brasília: CORDE, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial Na Educação Básica. Resolução CNE/CEB Nº 2 de 11 de Setembro de 2001*. Brasília: MEC/SEESP, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Decreto Nº 5626, de 22 de Dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 124 de Abril de 2002. Brasília: MEC/SEESP, 2005.
- BRASIL. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. *Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- CARDOSO, Maria Helena Cabral de Almeida e outros. *Estudo seccional descritivo de crianças com deficiência auditiva atendidas no Instituto Nacional de Educação de Surdo*. 2007. Rio de Janeiro. Disponível em: < www.scielo.br >. Acesso em: 02/11/2010.
- CAPOVILLA, F. C., & RAPHAEL, W. D. *Dicionário enciclopédico ilustrado trilingüe da Língua de Sinais Brasileira*. São Paulo, SP: Edusp, 2001.

COSTA, E. H. C e GÓMEZ, C. M. Superar a cultura da violência: Um desafio para a escola. In: TEVÊS, N. e RANGEL, M. *Representação social e educação*. Campinas: Papyrus, 1999.

DIAS, Cláudia Augusto. *Grupo Focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas*. 1998. Disponível em: <www.bogliolo.eci.ufmg.br>. Acesso em: 09/05/2011.

DORZIAT, Ana: *Educação de surdos no ensino regular: inclusão ou segregação?* 1999. Disponível em: < www.sj.cefetsc.edu.br>. Acesso em: 01/11/2010.

DUTRA, Cláudia Pereira e outros. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. 2008. Disponível em: <www.portal.mec.gov.br>. Acesso em: 08 de março de 2011.

FARIA, M. C. C. S. *O direito a ser diferente em sociedade: a problemática da integração escolar*. São Paulo: Revista Brasileira de Educação Especial: UFSCAR, n.10, janeiro/abril, 1993.

GUARINELLO, Ana Cristina e outros: *A inserção do aluno surdo no ensino regular: visão de um grupo de professores do estado do Paraná*. 2006. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 01/11/2010.

INES. Série audiologia – Instituto Nacional de Educação de Surdos. Edição revisada. Rio de Janeiro, 2003.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de: *O que dizem/sentem alunos participantes de uma experiência de Inclusão escolar com aluno surdo*. 2007. Rev. bras. educ. espec. [online]. 2007, vol.13, n.2, pp. 257-280. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 01/11/2010.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa. *A inserção da criança surda em classe de crianças ouvintes: focalizando a organização do trabalho pedagógico*. 2006. Disponível em: <www.sj.cefetsc.edu.br>. Acesso em: 31/03/2011.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE IPATINGA – MG. Câmara Municipal de Ipatinga. Ipatinga, 1990.

LIMA, Daisy Maria Collet de Araujo. *Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez*. 4. ed. Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal... [et. al.]. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MAGALHÃES, R.C.B.P. *Processos Formativos e Saberes Docentes em Tempos de Inclusão: Apontamentos a Partir de Contribuições da Educação Especial*. In.: SILVA, A.M.M. et al. *Novas subjetividades, currículo, docência e questões pedagógicas na perspectiva da inclusão social*. Recife: Bagaço, 2006.

MAIA, Roberto Alcântara e outros. *Surdez súbita*. 2004. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 02/11/2010.

MANTOAN, M.T.E. *Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais*. São Paulo: Editora Scipione, 1988.

MORGADO, J. *A relação Pedagógica: Diferenciação e inclusão*. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

PEIXOTO, Renata Castelo. *Algumas considerações sobre a interface entre a língua brasileira de sinais (libras) e a língua portuguesa na construção inicial da escrita pela criança surda*. 2006. Disponível em:< www.scielo.br>. Acesso em: 31/02/2011.

PINTO, Fernanda Bouth. *Vendo vozes: a história da educação dos surdos no Brasil oitocentista*. 2007. Disponível em:<www.cultura-sorda.eu/resources/Bouth_vendo_vozes>. Acesso em: 01/11/2010.

QUADROS, Ronice Müller de. *O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa*. Brasília: MEC-SEESP, 2004.

RINALDI, G (org.). *O aluno surdo na educação básica e superior*. Brasília: MEC/SEESP, 1998.

RODRIGUES, Zuleide. *Histórico da Educação dos surdos*. 2008. Disponível em: <www.webartigos.com>. Acesso em: 01/11/2010.

SASSAKI, R. K. *Terminologia sobre deficiência na era da inclusão*. In: *Mídia e deficiência, Brasília*: Agência de Notícias dos Direitos da Infância e Fundação Banco do Brasil, 2003. P. 160-165.

SASSAKI, R. K. *Como chamar as pessoas que têm deficiência*. In: *Vida Independente*. São Paulo: RNR, 2003. P. 12-15.

SASSAKI, R. K. *Inclusão*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, R. K. *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. 3.ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SCOZ, B. J. *Psicopedagogia: Contextualização, formação e atuação profissional*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

SEMEGHINI, Idméa. A escola inclusiva investe nas potencialidades do aluno: tópicos para reflexão com a comunidade. In: BAUMEL, Roseli C. R. de C., SEMEGHINI, Idméa (orgs). *Integrar/Incluir: desafio para a escola atual*. São Paulo: FEUSP, 1998.

SOUSA, Luiz Carlos Alves e outros. *Surdez Infantil: Diagnóstico Precoce e Casuística da Fundação Paparella*. 1996. Disponível em:< www.rborl.org.br>. Acesso em: 09/05/2011.

STAINBACK, S. *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

ZANOLLI, Maria de Lurdes. *Mães ouvintes com filhos surdos: concepção de surdez e escolha da modalidade de linguagem*. 2007. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 02/11/2010.

APÊNDICES

A - Questionário para Professor/Intérprete (Modelo)

- 1- Onde você aprendeu Libras?
- 2- O seu professor de Libras era surdo ou ouvinte?
- 3- Há quantos anos sabe Libras?
- 4- Você tem dificuldades para se comunicar com os surdos? Que medidas você toma para saná-las?
- 5- Na sua experiência pessoal, relate a maneira como os surdos vêem os professores ou intérpretes.
- 6- Como é a sua interação em sala de aula com os alunos e professores?
- 7- O que você pensa que precisa melhorar sobre o trabalho de interpretação no âmbito educacional?
- 8- Que metodologias utilizadas por você foram mais eficazes para a efetivação do aprendizado por parte dos alunos surdos?
- 9- Como você vê a Educação inclusiva para surdos aqui na escola?
- 10- Em sua opinião, o que deve ser feito para a melhoria da qualidade de ensino para surdos e como os professores poderiam se preparar melhor?

B-Questionário Para Aluno Surdo (Modelo)

- 1- Onde aprendeu Libras e há quanto tempo?
- 2- Você consegue acompanhar as explicações do(s) professor(es)? Como?
- 3- Comunicar com o(s) professor(es) é difícil? Explique:
- 4- Como você percebe os colegas no cotidiano escolar?
- 5- Você se relaciona bem com eles ou há preconceito? Conte como é na sala de aula e na escola.
- 6- O surdo vê a importância do intérprete como uma conquista? Explique o que mudou na sua aprendizagem tendo o intérprete na sala de aula e na escola.
- 7- Que materiais e metodologias utilizadas auxiliam no seu aprendizado? Dê exemplos.
- 8- Relate sua história de vida na família e na escola

ANEXOS

A – Carta de Apresentação Escola (Modelo)

Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PG-PDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



A(o) Diretor(a):

Escola: Laurina Rosa

De: Profa. Dra. Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Assunto: **Coleta de Dados para Monografia**

Senhor (a), Diretor (a),

A Universidade Aberta do Brasil - Universidade de Brasília está em processo de realização da 1ª oferta do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Finalizamos agora a 1ª fase do curso e estamos iniciando a Orientação de Monografia.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com colegas, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desses trabalhos tem como objetivo a formação continuada dos professores/servidores, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

O trabalho será realizado pelo Professor/cursista **Vanilda Simoncello Pereira**. Sob orientação, da Profa. Rosania Aparecida Stoco de Oliveira, cujo tema é: “**A inclusão do surdo no cotidiano escolar no ensino regular**”, possa ser desenvolvido na escola sob sua direção.

Desde já agradeço, colocando-me a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

B- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor/Intérprete (Modelo)



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor Professor/Intérprete,

Sou orientando do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil-Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre **“A inclusão do surdo no cotidiano escolar no ensino regular”**. Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

Constam da pesquisa o preenchimento de um questionário e observações em sala das situações cotidianas e rotineiras da escola. Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo a você. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone xxxx ou no endereço eletrônico xxxx. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

 Vanilda Somoncello Pereira

Orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar -.UAB – UnB

Concorda em participar do estudo? () Sim () Não

Nome: _____

Assinatura: _____

E-mail (opcional): _____

C- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Aluno (Modelo)



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado Aluno,

Sou orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil- Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre “**A inclusão do surdo no cotidiano escolar no ensino regular**”. Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

Constam da pesquisa o preenchimento de um questionário e observações em sala das situações cotidianas e rotineiras da escola. Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo a você. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone xxxx ou no endereço eletrônico xxxx. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

 Vanilda Somoncello Pereira

Orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar - UAB – UnB

Concorda em participar do estudo? () Sim () Não

Nome: _____

Assinatura: _____

E-mail (opcional): _____

